



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 224 / JULHO-AGOSTO 2024 / WWW.STML.PT



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 **Celebramos os 50 anos da Revolução do 25 de Abril de 1974 (4)**
- 4 **Trabalhadores-eletricistas conquistam o SIP!**
- 5 **Trabalhadores do Arquivo Municipal em protesto na Praça do Município!**
- 6 **Trabalhadores da Higiene Urbana exigem resposta às suas reivindicações**
- 14 **Pelas Empresas Municipais**
- 16 **Pelas Juntas de Freguesia**
- 20 **Palestina e Tribuna da Paz**



Editorial

Os últimos meses têm sido reveladores da disponibilidade dos trabalhadores em **não aceitar** a degradação das suas condições de vida e de trabalho, não baixando os braços na luta que lhes diz respeito. Várias foram as ações promovidas, ora pela CGTP-IN, ora pela Frente Comum (FCSAP), que o STML integra, ou ainda por iniciativa própria do Sindicato, face às várias realidades sectoriais que acompanha.

Perante a postura deste novo-velho governo que, por opção política, prefere não responder às suas reivindicações, principalmente no campo da indispensável e urgente valorização salarial, a luta saiu à rua a 17 de maio, na manifestação nacional da administração pública, mas também a 25 de junho na luta nacional promovida pelo STML/STAL em torno do alargamento e atualização do suplemento de insalubridade e penosidade, e do reconhecimento das profissões de desgaste rápido. A 2 de julho, a FCSAP esteve junto à residência oficial do 1º Ministro exigindo uma vez mais soluções aos graves problemas que se vivem.

Em Lisboa, o Sindicato saúda os trabalhadores dos setores operacionais da câmara e juntas de freguesia, especialmente da limpeza e higiene urbana que, no referido dia 25 de junho, deram um contributo magnífico em termos de participação e determinação para a luta que impreterivelmente irá continuar! Não esqueçamos os trabalhadores que estiveram nos Paços do Concelho com as suas reivindicações próprias, nos casos dos informáticos a 7 de junho e do Arquivo Municipal de Lisboa a 26 do mesmo mês. A 17 de julho, também em ação conjunta com o STAL, todos aqueles que foram **excluídos** da aplicação do decreto-lei que determinou um aumento de 52€ (pelo menos). Ao presidente da CML exigem-se respostas, sabendo que a entrega de um abaixo-assinado, de uma exposição-subscrição, ou chamando-lhe outro nome qualquer, no essencial revela os problemas que os trabalhadores e o STML querem ver solucionados, não com promessas ou simpatias, mas com decisões concretas.

Nunca será demais valorizar a conquista dos trabalhadores-eletricistas que finalmente conseguiram por mérito próprio, face às várias ações de luta assumidas, incluindo a greve, a atribuição do suplemento de insalubridade e penosidade. É este exemplo que iremos perseguir para todos os trabalhadores de outros setores de atividade que até agora não viram correspondidas as suas expectativas, mesmo perante palavras sempre reconfortantes dos atuais responsáveis políticos municipais...

Nas Juntas de Freguesia, o STML mantém-se determinado em avançar na defesa e conquista de velhos ou novos direitos, como o pagamento dos suplementos de carácter permanente em período de férias, o descanso compensatório pelo trabalho em dia-feriado, a majoração dos dias de férias via avaliação de desempenho, entre outros. Só este ano, já foram celebrados seis novos ACPEs, ou seja, em Alvalade, Marvila, Campo de Ourique, Olivais, Carnide e São Domingos de Benfica. Alcântara está para breve, e os processos negociais com o Lumiar, Campolide e Santo António decorrem de forma otimista. Na Penha de França, Misericórdia, Belém e Arroios, a luta saiu à rua e irá continuar até obtermos as respostas que se reivindicam!

Nas empresas municipais, os trabalhadores da EGEAC, da GEBALIS e da SRU, por caminhos semelhantes, fizeram chegar às respetivas administrações, as suas reivindicações, seja em torno do aumento dos salários ou da institucionalização de um acordo de empresa, sendo este também o objetivo que se persegue no MARL. Não nos resignamos, e mesmo durante o período normal de férias, porque o STML não fecha portas, cá continuaremos a trilhar os caminhos que nos aproximam e muitas vezes nos garantem as respostas pretendidas. Juntos, organizados e com muita confiança!

o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 223 / MAIO-JUNHO 2024

WWW.STML.PT

Director Nuno Almeida

Corpo Redactorial Luís Dias, Carlos Silva, José Cruz, Paula Correia, Paula Lourenço, Sandro Roque e Tiago Lopes

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Preço de capa 0,01€

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias

FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project



Em 2024 comemoramos os 50 anos da Revolução de Abril – parte 4 de 6

As conquistas de Abril são fruto de uma Revolução libertadora e emancipadora, determinante para pôr fim à pesada herança desse mal designado «Estado Novo», essa feroz ditadura fascista que ao longo de 48 anos suprimiu as liberdades, oprimiu e explorou o povo português.

Uma Revolução que possibilitou a extinção da polícia política – a PIDE – e outras estruturas do regime fascista, aboliu a censura, instaurou as liberdades e a democracia, o direito de associação e de manifestação, de constituição de partidos políticos, o sufrágio universal e direto, a liberdade sindical, o direito à greve, à contratação e negociação coletiva, o direito de participação das associações sindicais na gestão da segurança social e na elaboração da legislação do trabalho.

Uma Revolução que promoveu a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo, institucionalizando o salário mínimo nacional, o aumento dos salários reais, das reformas e das pensões mínimas, o direito à segurança social para largos sectores da população, o direito a 30 dias de férias e o subsídio de férias, a redução do horário de trabalho, a criação do subsídio de desemprego. Foi assegurada a licença de maternidade e aumento significativo do abono de família.

Rasgaram-se novos horizontes no combate ao atraso social do País, pesada herança do fascismo: salários mais baixos da Europa; **25% dos portugueses** viviam em locais sem condições mínimas de salubridade e segurança; proliferação de bairros de lata; **52% dos alojamentos sem abastecimento de água; 53% sem energia elétrica; 60% sem rede de esgotos; 67% sem instalações sanitárias; elevados índices de mortalidade materna e infantil; a maioria dos partos em casa e sem assistência médica; mais de um milhão e meio de portugueses a emigrar para fugir à pobreza,** entre 1961 e 1973.

Foram dados passos decisivos na consagração de direitos civilizacionais desde logo, reconhecendo o direito das mulheres à igualdade em todos os domínios, pondo fim à opressão e subalternidade que lhe foi imposta pelo fascismo; os direitos das pessoas com deficiência, até então obrigadas a viver da mendicância e pobreza extrema; os direitos para os reformados, pensionistas e idosos.

Com a Revolução avança uma nova política habitacional impulsionada pelo movimento popular, que se traduziu em medidas que permitiram a construção de um número considerável de habitações sociais, uma nova política de solos, e a intervenção no arrendamento urbano através da limitação do aumento das rendas e obrigatoriedade de aluguer dos fogos devolutos.

O contributo decisivo para a paz é uma das grandes conquistas do processo revolucionário, pondo fim à guerra colonial e reconhecendo o direito à autodeterminação e independência dos povos das colónias. No que concerne à política externa em termos mais amplos, ficou consagrado que Portugal se rege nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, dos direitos dos povos à autodeterminação e à independência, da igualdade entre Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países, da cooperação com todos os povos.

Apesar da política de direita das últimas décadas realizada pelo PS, PSD e CDS e das revisões constitucionais que promoveram, bem como a que é agora protagonizada pelas forças do atual governo e seus sucedâneos Ch e IL, forças que visam em conjunto levar mais longe a sua destruição, tal ofensiva não lhe retira valor histórico, assim como a luta pela sua concretização se projeta para o futuro do nosso país.



Pela luta e só com a luta, foi possível os trabalhadores-eletricistas conquistarem a atribuição do Suplemento de Insalubridade e Penosidade!

Após vários anos de Luta, a atribuição do Suplemento de Insalubridade e Penosidade (SIP) será uma realidade para os trabalhadores-eletricistas da CML! A confiança, a persistência e a unidade na luta que os trabalhadores, sempre com o seu Sindicato, colocaram nesta maratona de ações pela conquista do SIP, foram determinantes para o resultado agora alcançado.

Como nunca é demais lembrar, a sua pretensão foi sustentada no facto de realizarem demasiadas vezes trabalhos em contextos de insalubridade, penosidade ou risco, que afetam potencialmente a sua saúde e integridade física.

Só durante este mandato autárquico (2021-2025), para além dos inúmeros plenários, os trabalhadores deslocaram-se aos Paços do Concelho a 10 de novembro do ano passado para entregar um abaixo-assinado subscrito pela esmagadora maioria dos trabalhadores. A 24 de abril assumiram, novamente com uma força imensa, uma greve de 24 horas, a primeira greve específica deste setor de atividade, com presença também na Praça do Município. A 8 de maio, regressaram à Praça do Município para, nesse próprio dia, marcar presença na Reunião Pública de Câmara onde o STML, na sua intervenção formal, repetiu uma vez mais as razões e os argumentos que sustentam a atribuição do SIP a estes trabalhadores. Para 12 e 13 de junho, anunciou-se nova greve, demonstrativa da determinação em continuar com a luta até conseguirem o seu objetivo.

Foi de facto a sua coragem e determinação que finalmente lhes permitiu abrir a porta à conquista de um direito há muito reivindicado, como referido. A greve prevista para a época dos Santos Populares foi suspensa depois de uma reunião em junho entre o STML e o Executivo, onde ficou assente o compromisso de uma resposta positiva, materializada numa proposta a conduzir a Reunião de Câmara para ser apresentada e votada por todos os Vereadores.

Pouco tempo depois, o STML pronunciou-se formalmente sobre os conteúdos da proposta, que agora será votada em julho em Reunião de Câmara como obrigam os trâmites nesta fase, ou seja, especificando os fundamentos e o âmbito de aplicação, os montantes e a retroatividade no seu pagamento, nomeadamente a janeiro deste ano.

Em suma, os trabalhadores-eletricistas da CML não deixaram por mãos alheias a luta que sempre foi sua, assumindo-a com uma enorme força e dignidade! E venceram!

De salientar que a luta dos trabalhadores-eletricistas alavancou ainda a resolução de outra injustiça que a CML protelava em resolver, concretamente a **não atualização do SIP** para os trabalhadores-jardineiros da autarquia. A proposta que irá a reunião de câmara também soluciona este problema, repondo finalmente igualdade e justiça para os trabalhadores deste setor de atividade.

Como muitas vezes afirmamos, quem luta nem sempre ganha, mas quem não luta perde sempre. E os trabalhadores-eletricistas da CML, demonstraram que lutar vale sempre a pena, uma vez mais!

Trabalhadores da Carreira Especial de Informática deslocaram-se aos Paços do Concelho.

A 7 de junho, na Praça do Município, realizou-se uma ação de luta promovida pelo STML envolvendo trabalhadores da Carreira Especial de Informática. O objetivo desta iniciativa passou por entregar aos responsáveis da autarquia um abaixo-assinado onde, no essencial, se exige a regularização das promoções decorrentes dos concursos internos de acesso limitado para Técnico de Informática (G3N1) e (G2N1) e Especialistas de Informática (G3N1) e (G2N1). Salienta-se ainda, que estes processos são o culminar de várias vicissitudes e constrangimentos que finalmente seriam regularizados, pondo termo a um conjunto de injustiças que marcaram a vida profissional destes trabalhadores, nomeadamente, em torno da estagnação nas suas carreiras profissionais nos últimos anos. A delegação do STML, composta por Dirigentes Sindicais e trabalhadores, foi recebida nos Paços do Concelho pelo Assessor do Vice-Presidente da CML.

Destacamos que os atrasos dos 'recursos humanos' da autarquia, tantas vezes criticados pelo sindicato e principalmente pelos trabalhadores das mais variadas realidades sectoriais, ainda avançaram neste caso em particular, com uma das fases há muito esperada – a assinatura da adenda ao contrato pelos respetivos trabalhadores -, constatação que se verificou ainda durante a recolha de assinaturas... Contudo, a questão de fundo ainda continua por resolver, ou seja, a integração dos trabalhadores nas novas posições remuneratórias a que têm direito.

Aguardaremos agora pelas respostas do Executivo que, caso não atenda às reivindicações referidas, os trabalhadores avaliarão, com o seu Sindicato, os melhores caminhos à defesa dos seus direitos.





Trabalhadores do Arquivo Municipal concentram-se em protesto na Praça do Município!

Existem aniversários os quais é preferível não festejar. Que o digam os trabalhadores do Arquivo Municipal (AML) que no mês de junho completam um ano em que laboram sem o sistema AVAC (Ar, Ventilação e Ar Condicionado), em salas sem janelas e que apresentam elevados índices de ar saturado e falta de humidade relativa, elementos que, uma vez em falta, lhes associa o agravamento no quadro de alergias e dores de cabeça.

A proximidade da data dos “festejos”, manifesta-se com o intensificar do calor, e com este acresce a preocupação do agravamento de todo o quadro referido. Foi neste contexto, que a 23 de maio, o STML promoveu um plenário no núcleo do Bairro da Liberdade para discussão destes assuntos, entre outros que preocupam os trabalhadores. Desta reunião, resultou a redação conjunta de um abaixo-assinado exigindo respostas a um conjunto de reivindicações.

Neste documento, que se encontrou em subscrição ao longo do mês de junho, não só se refere a questão da inoperacionalidade do sistema AVAC e das suas causas - mais uma vítima dos morosos procedimentos contratuais de serviços de manutenção, e que resultam de uma tendência de entregar a serviços externos muita das tarefas que poderiam ser feitas pelos técnicos municipais habilitados nestas áreas -, como ainda denuncia uma outra situação flagrante: a paralisação progressiva do Gabinete de Digitalização. De facto, ao ser vítima de um visível desinvestimento contínuo, aliado aos inúmeros episódios em que diversos contratos de manutenção projetados nunca são de facto materializados, é impossível não alimentar a ideia de que existe quem queira despromover as capacidades deste Gabinete e, quem sabe, se não mesmo zarpar com este serviço rumo ao outsourcing, em última análise.

Por outro lado, a informação sobre o novo edifício para o AML é inexistente. Desde a última informação de 2022, em que o Executivo lançava a sua edificação para a Rua das Murtas em Alvalade, que nada se sabe dos procedimentos neste sentido. Será pertinente não esquecer que este assunto motivou nos últimos anos diversas ações de denúncia, protesto e luta, considerando assim que não será sensato o Executivo de Carlos Moedas continuar a presentear os trabalhadores com o desconhecimento, em especial sobre uma matéria que lhes é tão cara.

Da mesma forma, é incompreensível a não resposta dos RH da Cultura sobre a marcação anual de 3 dias de férias. Apesar destes estarem consagrados e devidamente regulamentados no ACEP assinado entre a CML e o STML em 2019, no Pelouro da Cultura esta marcação anual é vedada. Trata-se de um acontecimento insólito, se tivermos em linha de conta que a maioria das orgânicas da autarquia já aplicam esta orientação sem qualquer reserva.

Estas situações têm vindo a ser denunciadas pelo STML à Vereação da Cultura, igualmente junto da DMRH e, no que concerne à manutenção e conservação de equipamentos, à DMMC. Porém, até à data, todas estas problemas não conheceram a devida resposta.

Motivos que justificaram o referido abaixo-assinado, subscrito por perto de 100 trabalhadores. Sua entrega fez-se nos Paços do Concelho a 26 de junho ao abrigo de uma concentração promovida pelo STML. Com mais de quatro dezenas de trabalhadores reunidos na Praça do Município, foi inequívoco o grau de insatisfação e a disponibilidade em avançar noutras formas de protesto caso o Executivo não responda aos seus problemas e expectativas.

Numa iniciativa marcada pela exposição de cartazes que denunciavam o dia-a-dia de quem por vezes “faz omeletes sem ovos” - em especial os alusivos ao Gabinete de Digitalização - os trabalhadores foram, num primeiro momento, recebidos pelo assessor do Gabinete do Presidente, junto do qual desenvolveram as matérias expressas no abaixo-assinado. Desta conversa, assumiu o representante da CML, o compromisso em visitar o Arquivo Histórico propositando conhecer em detalhe os problemas referidos pelos trabalhadores. Praticamente no fim da ação, com uma parte dos trabalhadores já ausentes no caminho de regresso ao Bairro da Liberdade, surge o Presidente Carlos Moedas.

O principal responsável da autarquia teve assim a oportunidade por ouvir a viva-voz, pelo STML e por alguns trabalhadores, as principais preocupações que os constroem diariamente no seu local de trabalho. Em suma, sublinhou-se, além dos problemas que carecem de resolução imediata, o compromisso do Executivo sobre a construção de raiz de um edifício único e digno para o Arquivo, questão à qual o Presidente referir estar sensível, mas “sem promessas...”

Resta-nos afirmar que, passados três anos de mandato, ou seja, a um ano do seu término, parece que em termos de respostas sérias e respeito pelos compromissos assumidos, com os trabalhadores e o STML, o Executivo, e o seu Presidente em particular, referem agora ter de avaliar, conhecer, saber, indagar, mas tudo menos apontar uma localização e uma data para o início da obra. Resta-nos questionar se de facto haverá uma resposta deste Executivo para este problema.

Os trabalhadores e o STML não deixarão por mãos alheias a luta que é sua, sem esquecer, como exemplo para o futuro imediato, a greve realizada em 2019! Se houver necessidade de repisar os caminhos do protesto, revelem a forma que revelarem, cá estaremos: todos!



Trabalhadores da Higiene Urbana da CML

A 29 de Maio, os Dirigentes e Delegados sindicais do STML da Higiene Urbana da CML, entregaram nos Paços do Concelho um conjunto de reivindicações às quais os trabalhadores deste setor de atividade exigem respostas com urgência!

Cerca de **800 trabalhadores**, das várias categorias profissionais da Higiene Urbana (cantoneiros, condutores de máquinas pesadas e veículos especiais e encarregados), subscreveram este Memorando, dando um sinal inequívoco ao Executivo municipal liderado por Carlos Moedas sobre os caminhos que de uma vez por todas devem ser assumidos de forma a respeitar os seus direitos e expectativas.

Relembramos que passado quase um ano depois da assinatura do *acordo* escrito com a CML (JUN.23), e dois anos depois da entrega do *Caderno Reivindicativo* (MAI.22), continua por solucionar um conjunto de problemas, nomeadamente sobre a **abertura dos bares e espaços de toma de refeições de todas as Unidades de Higiene Urbana e em todos os horários de trabalho; o devido tratamento aos trabalhadores acidentados; a melhoria das instalações no campo da sua manutenção e conservação; a efetiva correção dos circuitos de remoção; a manutenção real e eficaz da frota da higiene urbana; ou a valorização das várias categorias profissionais deste setor.**

Sobre este último ponto, o *Memorando Reivindicativo* lembra que no atual quadro político, existem todas as condições para que o Executivo municipal (PSD/CDS) possa intervir consequentemente junto do Governo (PSD/CDS) no sentido de **atualizar em termos de valores e percentagens o suplemento de insalubridade e penosidade**, além de avançar e concretizar a **identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido**, temática profundamente enraizada neste setor de atividade, face ao elevado número de acidentes de trabalho e doenças profissionais diretamente relacionados com a atividade desenvolvida diariamente pelos respetivos trabalhadores.

Sobre estas duas últimas reivindicações, a estrutura sindical do STML do setor da higiene urbana (Dirigentes e Delegados) considerou essencial avançar com outras iniciativas paralelas que desde logo envolvessem o outro sindicato da CGTP-IN que acompanha a nível nacional a administração local, neste caso o STAL. Ambos os sindicatos, reunindo em abril, definiram consensualmente uma estratégia de ação para os meses de maio-junho.

A luta continuou em junho com uma força indelével!

Durante o mês de junho, no universo das autarquias de norte a sul do país, foi dinamizado pelos sindicatos das CGTP-IN (STAL e STML) um abaixo-assinado em torno das duas reivindicações supramencionadas, ou seja, do **alargamento e atualização do suplemento de insalubridade e penosidade**, e do **reconhecimento das profissões de desgaste rápido**. No concelho de Lisboa, o STML assumiu esta responsabilidade no seio dos trabalhadores da higiene urbana da câmara municipal e das juntas de freguesia, sem esquecer trabalhadores de outros setores de atividade do município, como os eletricitas, coveiros, jardineiros, tratadores-apanhadores de animais, operacionais da brigada dos coletores, entre outros. O Sindicato conseguiu, num curto espaço de tempo, recolher perto de 1.600 assinaturas, dando um importante contributo para o número final entregue ao Governo na ordem das 25 mil assinaturas.

Neste sentido, ao abrigo de um pré-aviso de greve de 24 horas, a 25 de junho concentraram-se no Largo do Rato milhares de trabalhadores, principalmente da limpeza e higiene urbana, numa manifestação que depois se deslocou para a Assembleia da República.

Os trabalhadores do município de Lisboa (câmara e Juntas de freguesia), entre cantoneiros, condutores, também eletricitas, entre outros, souberam estar à altura da sua responsabilidade, marcando presença com uma força que há muito não se via!

Junto à Assembleia da República, o Presidente do STML –



exigem respostas às suas reivindicações!

Nuno Almeida – lembrou na sua intervenção que:

“Os trabalhadores da Administração Local, de variadíssimas profissões, prestam diariamente serviços indispensáveis às populações de todo o território nacional, muitos destes serviços são até designados como essenciais, destacando como não podia deixar de ser, os trabalhadores da limpeza e higiene urbana. Só este facto justificaria que estes trabalhadores vissem as suas profissões verdadeiramente valorizadas e, porque muitas delas exigem física e mentalmente mais do que é exigido a outros trabalhadores, vissem também compensado esse esforço adicional.”

Sobre o suplemento de insalubridade e penosidade, afirmou ainda que,

“(…) os valores a pagar a partir de 2021 já eram francamente pobres (relembramos que da atualização de 2009 na cidade de Lisboa à atualização de 2020-21 para todo o país, apenas uma dezena de cêntimos separam 12 anos…), hoje, face ao aumento do custo de vida e aos valores da inflação dos últimos anos, justificase acima de tudo a sua urgente atualização. Até porque, suplemento não atualizado, é suplemento desvalorizado!”

Em torno das profissões de desgaste rápido, enfatizou o que é público há muitos anos, i.e.,

“O desgaste profissional, da saúde física e mental dos trabalhadores de vários setores de atividade, é uma evidência que só sucessivos governos não quiseram ver. Veja-se a correla-

ção no plano de causa-efeito entre a atividade profissional desenvolvida e os acidentes de trabalho e doenças profissionais que afetam esses trabalhadores, principalmente na limpeza e higiene urbana nas suas várias componentes (remoção, apoio à remoção, varredura, lavagem, etc.), mas não só. Porém, os vários governos que se sucederam nos últimos anos, em vez de reconhecerem que estes trabalhadores sofrem um desgaste desigual em relação a muitos outros, o que têm feito é aumentar a idade de reforma para todos, fazendo com que estes trabalhadores penem ainda mais que outros até atingirem a idade para a sua aposentação.”

No fim das intervenções, uma delegação de ambos os sindicatos – STML/STAL – dirigiu-se à residência oficial do 1º Ministro para entregar os abaixo-assinados subscritos por cerca de 25 mil trabalhadores.

A luta, agora com mais confiança e determinação, irá continuar, inevitavelmente, até conseguirmos os objetivos que perseguimos! Neste sentido, o STML prepara-se no imediato para debater com o STAL os próximos passos, sabendo que só organizados, mobilizados e disponíveis para ir até onde for necessário, avançamos de facto!

Aos trabalhadores do município de Lisboa, uma saudação especial pela sua participação neste dia 25 de junho! Será esta força que se erguerá novamente muito em breve, desejavelmente ainda mais robusta! Trabalhem todos nesse sentido!



Sapadores Bombeiros - STML reúne com o Secretário de Estado da Administração Local

O STML reuniu a 19 de junho com o Governo, representado pelo Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, propositando debater e dar a conhecer os problemas e reivindicações dos trabalhadores que o Sindicato acompanha e representa. Neste sentido, foram enumeradas as seguintes matérias às quais o Governo deve com a máxima urgência dar resposta e solucionar, nomeadamente:

- Atualização e revisão da tabela remuneratória e, conforme previsto no DL nº.84-F/2022, concretizar o aumento extraordinário de 52€ para todos os bombeiros, com retroativos ao mês de janeiro de 2023, à semelhança do verificado em todas as restantes carreiras da administração pública de igual grau de complexidade (Grau 2). Acrescentou-se que esta disparidade e injustiça foi justificada pelo anterior Governo pelo facto da carreira de Sapador Bombeiro ser ainda uma carreira não revista. Ora, para além dos trabalhadores não terem responsabilidade alguma nesta constatação, também não podem agora ser duplamente prejudicados.
- A necessidade de se efetuar uma atualização do suplemento de Disponibilidade Permanente e do suplemento de Risco, à semelhança do que sucedeu com outras carreiras. Neste campo, também se exigiu a regulamentação do Suplemento de Insalubridade e Penosidade. Em termos gerais, referiu-se a importância e a urgência destes suplementos serem sempre contabilizados fora do vencimento base, algo que neste momento ainda não acontece.
- Por outro lado, abordou-se a necessidade do reconhecimento da profissão de sapador bombeiro como de desgaste rápido, considerando que de todas as profissões atualmente reconhecidas legalmente como tal, a de sapador bombeiro é uma das que reúne mais requisitos para ser reconhecida, não se compreendendo os motivos para a ausência de regulamentação nesse sentido.
- Por último, reafirmou-se as matérias associadas à aposentação, mas também à revogação do SIADAP e à necessidade de revisão e atualização da carreira.

O STML afirmou ainda que, face a todas estas e outras questões por resolver, a carreira de sapador bombeiro, deixou de ser apelativa para os jovens, o que tem acarretado fortes problemas no plano do recrutamento, não esquecendo as dificuldades em manter os atuais bombeiros na carreira.

O representante do Governo referiu estarem a trabalhar na problemática dos Bombeiros, sublinhando que, embora concordasse e partilhasse com muitas das reivindicações e preocupações transmitidas pelo Sindicato, não poderia assumir nesta reunião qualquer tipo de compromisso, alegando que, devido ao universo de entidades que tutelam o setor de atividade que integra os Bombeiros – Secretaria de Estado da Proteção Civil, Autarquias Locais, e Associação Nacional de Municípios –, será sempre necessário e obrigatório ouvir e considerar todas as partes envolvidas. O STML, por seu lado, reforçou junto do Governo a ideia que os bombeiros estão cansados de serem constantemente esquecidos.

Por estas e mais razões, o STML considera ser urgente criar condições para que a carreira de sapador bombeiro seja discutida na Assembleia da República, procurando rever, corrigir e atualizar todas as matérias que neste momento prejudicam numa base diária os trabalhadores. Neste sentido, apela-se a todos que assinem e divulguem a **Petição** nesse sentido, sabendo que serão necessárias 7 mil assinaturas para conduzir este assunto ao Parlamento.



Os trabalhadores excluídos da valorização remuneratória de 52€ (DL 84-F/2022) concentraram-se em luta na Praça do Município!

No sentido de solicitar ao Presidente da CML, Carlos Moedas, que no uso das suas competências como Presidente da maior Autarquia da Administração Local e Capital do país, tome todas as diligências junto do novo Governo para que seja reposta a justiça e igualdade aos trabalhadores que ficaram excluídos desta valorização remuneratória, o STML e a Direção Regional de Lisboa do STAL promoveram um plenário de trabalhadores que ficaram excluídos da valorização remuneratória, no dia 17 de julho na Praça do Município.

Em 16 de dezembro de 2022, foi publicado o Decreto-Lei 84-F/2022, no qual, o Governo então em funções, aprovou medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas, que, para além da atualização remuneratória que todos os trabalhadores tiveram, notoriamente insuficiente face ao aumento do custo de vida, aplicou uma valorização remuneratória de cerca 52€ à esmagadora maioria, excluindo porém desta valorização, milhares de trabalhadores, discriminados assim em relação aos demais.

É o caso dos trabalhadores da carreira de Assistente Operacional integrados nas categorias de Encarregado Geral Operacional (EGO) e Encarregado Operacional (EO), as Carreiras Subsistentes (Chefe de Armazéns, Chefe de Serviços de Administração Escolar, Chefe de Serviços de Limpeza, Encarregado de Brigada de Limpa Coletores, Encarregado do Pessoal Auxiliar, Fiscal de Obras, Maquinista Teatral Chefe, Sonoplasta Chefe, e Tesoureiro Chefe) e os trabalhadores integrados em várias carreiras espe-

ciais revistas ou não revistas, integrados na Tabela Remuneratória Única (TRU), em posições intermédias automaticamente criadas, nomeadamente das carreiras de Bombeiro Sapador, Fiscalização, Guarda Florestal, informática, Educadores de Infância e Professores dos Ensinos Básico e Secundário, entre outras.

Tais desigualdades e injustiças criadas com o DL 84-F/2022 conduziram o STML e o STAL, e também a Frente Comum que integra ambos os Sindicatos, a assumir várias iniciativas junto de diversas entidades no sentido corrigir esta injustiça. Entidades como o Governo, a provedora de Justiça, para além dos Presidentes de Câmaras Municipais, inclusive o de Lisboa. Aliás, em resultado da interpelação do STML, a CML manifestou formalmente a sua “preocupação” junto do anterior Governo, através de um ofício enviado em Abril de 2023 à Secretaria de Estado da Administração Pública. Podemos afirmar hoje, que o Presidente da autarquia de Lisboa tem mais condições junto do Governo para resolver no concreto esta “preocupação”, considerando as afinidades familiares, em termos político-partidários, que os une a todos.

Neste dia 17 de julho, a Resolução aprovada no plenário, entregue durante a ação de luta à CML, decidiram ainda os trabalhadores presentes continuar a avaliar com os seus Sindicatos, STML e STAL, novas iniciativas reivindicativas que, acima de tudo, defendam e salvaguardem os seus direitos e as suas expectativas.

STML reúne com a Direção Municipal da Higiene Urbana (DMHU)

Por solicitação do STML, teve lugar a 10 de julho uma reunião com a DMHU. Também presentes os responsáveis máximos pela Direção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH) e pelo Departamento de Desenvolvimento e Formação (DDF). Dos assuntos debatidos, sintetizamos o seguinte. Assim,

Obras de melhoramento das instalações da Higiene Urbana

Face ao acordado em JUN.23, o Sindicato voltou a criticar a morosidade das intervenções que há muito deveriam ter sido realizadas e concluídas. Desde março que se aguarda uma reunião com a Direção Municipal de Manutenção e Conservação (DMMC) para apurar em pormenor o que foi feito e o que falta fazer. Esta reunião, supostamente, terá agora lugar ainda este mês.

Abertura dos espaços de toma de refeições nas Unidades (Bares)

Perante os atrasos também nesta dimensão, o STML voltou a questionar para quando a **abertura destes espaços em todos os horários e em todas as Unidades**. A DMRH afirmou que estão a trabalhar neste sentido, apontando algumas dificuldades em termos do pessoal exigido, além dos procedimentos burocráticos com vista à aquisição dos materiais de cozinha.

Sobre a importância em facultar **pontos de água** fora da zona de cozinha em Telheiras e na Filipe da Mata, referem que este problema está em vias de resolução, ao que tudo indica durante as próximas quatro semanas. Esta correção já será tida em conta para as restantes instalações, nomeadamente a do Valsassina.

O STML referiu ainda a **fraca qualidade dos produtos que são vendidos** na UHU de Belém/Restelo, além das quantidades insuficientes, face ao que é apontado pelos respetivos trabalhadores. Relembrou-se ainda os **preços que, depois de aumentados exponencialmente, não foram ainda corrigidos**, como assumido em abril deste ano pelos responsáveis municipais. A DMRH afirmou ter uma reunião este mês com a Administração dos SSCML, onde poderão debater estes tópicos.

Plano de Formação Profissional para a Higiene Urbana

Também decorrente dos compromissos assumidos em 2023, há muito que deveria ser público o plano de formação profissional para este setor de atividade. Segundo a responsável pelo DDF, o plano anual global de formação para a CML já foi aprovado e encontra-se em fase de divulgação, estando também o plano específico para a Higiene Urbana na sua fase final. O objetivo será

conceder formação em várias áreas para todos os trabalhadores de forma faseada. Refere-se ainda que, mesmo na ausência de um plano formal, a formação nunca deixou de ser concedida. Desde o início do ano, afirmam, já se realizaram dezenas de ações de formação. Da parte do STML, criticou-se, uma vez mais, os atrasos neste tópico, sublinhando que **nenhum trabalhador pode realizar seja que tarefa for se não tiver formação nesse sentido**. Trata-se, em suma, de uma posição que, acima de tudo, procura salvaguardar a saúde e a integridade física dos trabalhadores. Posição com a qual a DMHU concordou.

Plano de Gozo das Folgas Acumuladas

A DMHU refere alguma incapacidade em delinear este plano, considerando a falta de pessoal, principalmente a nível da Garage (NOR). No universo dos cantoneiros, poderão avaliar o gozo mensal de determinados números de folgas acumuladas, reconhecendo que, mesmo assim, implicará muito tempo até à regularização definitiva deste assunto.

Renovação do CAM e da Carta de Pesados aos CMPVE

O STML alertou para os atrasos na renovação do CAM que se têm verificado nos últimos anos, prevendo-se idêntica realidade para este ano. Estes atrasos dão azo a vários problemas, como a impossibilidade dos trabalhadores circularem, mas também às ameaças de chefias intermédias que, a todo o custo, procuram obrigar os trabalhadores a circularem mesmo sem reunirem a documentação que a lei obriga. Sobre este assunto, os responsáveis municipais referiram o contrato por dois anos (24/25) que a CML realizou com a CarrisTur que faculta a formação/renovação do CAM. O STML alertou ainda para a importância em renovar o CAM nos meses fora do período normal de férias dos trabalhadores (antes de maio e depois de setembro), facilitando assim este processo e evitando em alguma medida os problemas referidos.

Sobre o reembolso (desde 2020) dos custos associados à renovação da Carta de Condução, conquista dos trabalhadores e do Sindicato decorrente da luta do verão de 2023, a DMRH referiu ter já concluído a informação/enquadramento legal sobre esta matéria. Será alvo agora do despacho do Vice-Presidente, ao que tudo indica, ainda durante o mês de julho. Os procedimentos que cada trabalhador deverá realizar serão conhecidos depois. Em suma, os trabalhadores deverão guardar todos os comprovativos das despesas relacionadas com a renovação da carta de condução, de forma a serem depois ressarcidos.



Reforço de Pessoal, Mobilidades e Outros Assuntos

Dos dois últimos concursos abertos, a DMHU afirmou terem entrado cerca de **133 cantoneiros e 29 condutores**. Em termos de CMPVE, ficaram aquém do necessário, estando neste momento a avaliar no seio dos cantoneiros disponibilidades para reforçar o efetivo das garagens. Neste momento, têm cerca de 50 trabalhadores interessados nesse sentido.

Sobre o **concurso interno para encarregados**, afirmam que o mesmo deverá estar concluído dentro de aproximadamente um mês.

Noutro campo, o STML referiu o **caso dos quatro (4) novos CMPVE adstritos à UHU da Boavista**, criticando esta realidade, já que deveriam estar concentrados na Garagem dos Olivais (NOR), com os mesmos direitos e deveres dos seus colegas. O Sindicato alertou ainda que não aceitará qualquer tentativa da DMHU em normalizar a afetação de CMPVE às Unidades, sabendo que as ameaças e os castigos parecem associar-se ao que foi denominado de “modelo satélite” na Boavista.

O STML também alertou para a **falta de guardas na UHU dos Olivais**. Relembrou-se identicamente os problemas relacionados com a **recolha no Mercado de Benfica**, situação que continua a agravar a vida dos trabalhadores chamados a este ponto da cidade. A DMHU, em ambas as situações, irá intervir para as resolver. O STML alertou para os vários casos de **pedidos de mobilidade**, seja para outro local de trabalho da Higiene Urbana, seja para diferente horário de trabalho, que até agora não tiveram resposta, como três trabalhadores do COR, ou de um caso da UHU do Restelo. A DMHU registou estes casos e irá avaliar as respostas possíveis. Afirmaram ainda, que estão a reunir todos os pedidos de mobilidade de forma a acelerar as respetivas respostas.

O Sindicato lembrou o caso transmitido formalmente à DMHU em inícios de junho sobre as três trabalhadoras-cantonei-

ras em **período de amamentação**, atualmente afetas ao COR, que têm sido prejudicadas desde o início do ano em relação aos seus colegas-homens, quer em termos do seu direito às duas horas de amamentação, quer em relação às horas suplementares efetivamente pagas. A DMHU referiu que, na sua ótica, este problema já estaria resolvido. Contudo, irá apurar novamente os seus contornos.

O Sindicato também abordou os **problemas recorrentes com o abastecimento de gás das viaturas pesadas afetas à remoção**. Problemas que em alguns momentos colocam em risco a integridade física dos trabalhadores, para além de atrasar e degradar a eficácia do serviço.

O STML voltou a frisar a necessidade de reinstalarem **uma Caixa MB no Complexo dos Olivais**, aliás, indo de encontro ao teor do abaixo-assinado entregue nos Paços do Concelho em dezembro do ano passado. A DMRH afirmou que este assunto estará em vias de resolução, tendo a CML já encontrado uma entidade financeira (banco) disponível para instalar a referida Caixa MB sem custos associados para a autarquia.

Por último, lembrou-se a urgência em regularizar o **horário de trabalho afixado no NAGE**, além da resposta formal ao **processo negocial sobre os horários de trabalho do SCIP**. Em ambos os casos, a DMHU e a DMRH admitiram o seu lapso, procurando corrigir e responder a estes dois assuntos, respetivamente, nos próximos dias.

Considerando que muitos outros assuntos ficaram por debater, como a degradação da frota, a carência de pessoal, a desorganização do trabalho em várias dimensões, os acidentes de trabalho, entre outros, assumiu-se uma nova reunião para as próximas semanas, em data a consensualizar em tempo oportuno.



RECURSOS HUMANOS DA CML estaremos condenados ao atraso crónico como prática institucionalizada?

Em dezembro de 2023, o STML entregou nos Paços do Concelho um abaixo-assinado com mais de 1.000 assinaturas de trabalhadores da CML criticando a morosidade dos seus, os nossos serviços municipais dos 'recursos humanos'.

Sublinhou-se, e relembra-se agora uma vez mais, que no contexto laboral, a CML tem de respeitar os prazos de resposta às diferentes solicitações dos trabalhadores, como requerimentos (licenças, teletrabalho, férias, faltas, mobilidade, no âmbito de acidentes de trabalho ou doenças profissionais e outras situações), processamento de pedidos, esclarecimentos, reclamações ou recursos hierárquicos.

Contudo, independentemente da finalidade, tem-se verificado que os prazos de resposta às solicitações revelam vários meses e, em algumas situações, chega a demorar vários anos, no essencial revelando uma ausência de resposta em tempo útil, o que é absolutamente inconcebível, acabando por gerar nos trabalhadores um sentimento de desamparo e desvalorização, além do impacto que muitas vezes esta falta de resposta tem na sua saúde e na organização da sua vida profissional, pessoal e familiar.

Como propostas que procuraram ultrapassar o que tem sido o mau funcionamento e a morosidade dos recursos humanos da autarquia, propôs-se ao Presidente da CML que assumisse **decisões e orientações concretas que permitissem garantir aos trabalhadores o seu direito a resposta** por parte dos vários serviços sob alçada da Direção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH), nomeadamente **na resposta em tempo útil a todos os pedidos-requerimentos, independentemente do assunto; na disponibilização de um contacto com a DMRH (telefone e presencial) para esclarecimento de dúvidas; e em termos do reforço de trabalhadores de todas as carreiras/categorias nas várias unidades orgânicas da DMRH.**

O efeito do abaixo-assinado, foi visível mesmo antes da sua entrega nos Paços do Concelho. Durante os dois meses (out-nov) em que se recolheram as devidas assinaturas, a DMRH emitiu oportunamente em novembro uma *newsletter* onde informava o novo (?) contacto telefónico disponível para todos os trabalhadores com dúvidas e necessidades de esclarecimento sobre os seus processos-requerimentos. Os relatos que ainda hoje, em julho de 2024, se conhecem, dão conta de um atendimento telefónico, quando existe de facto, que não responde, mas antes aconselha o

envio de um email...(?!). Quanto ao atendimento presencial, sempre muito difícil ou mesmo inexistente, pouco ou nada esclarece. Se acrescentarmos o facto de estarem na maior parte das vezes apenas dois trabalhadores a desempenharem esta função, num universo de mais de 10.000 trabalhadores, facilmente perceberemos a ineficácia das decisões de quem superiormente achou por bem avaliar, talvez a brincar, as reivindicações dos trabalhadores quando criticam a morosidade dos seus 'recursos humanos'.

Na prática, os processos, sejam eles de matriz individual ou coletiva, continuam presos à política institucionalizada que afirma numa base diária a resposta 'quando possível, se, entretanto, ninguém se esquecer...'

Exemplos concretos do foro coletivo: o ciclo avaliativo de 2021-22; a informação sobre os procedimentos a adotar sobre o pagamento às ordens profissionais e sobre a renovação da carta de pesados; sobre os horários de trabalho em diversos sectores de atividade, como na rede de bibliotecas ou no serviço integrado de controlo de pragas; entre outros; na ausência de resposta às reivindicações dos trabalhadores-fiscais municipais; dos informáticos; dos trabalhadores do Edifício da Alexandre Herculano e do Arquivo Municipal de Lisboa em relação à suas condições de trabalho, etc., etc., etc. No foro individual, os atrasos nas respostas às contestações dos resultados da avaliação de desempenho; na autorização e fixação dos planos de férias anuais; do pagamento dos suplementos devidos pelos horários de trabalho praticados, como no horário por turnos; sem esquecer os atrasos inconcebíveis no campo das consultas, reaberturas de acidentes ou tratamentos envolvendo a Medicina do Trabalho, sabendo que nestes casos, joga-se cinicamente com a saúde, física e psíquica, dos trabalhadores, o que a todos os níveis é inconcebível!

O STML não deixará em todas as oportunidades possíveis de criticar e denunciar esta prática que, ao contrário do que podemos julgar, não é uma inevitabilidade, mas sim o resultado de opções políticas que preferem 'o deixa andar' permitindo que a inércia, o desinteresse e o desrespeito por quem trabalha no município, se instalem.

Uma certeza neste mar de desconsiderações a que os trabalhadores são diariamente sujeitos: a responsabilidade e a autoridade de 'pôr ordem na casa', cabe em exclusivo ao Executivo liderado por Carlos Moedas.



No próximo dia 27 de setembro, vai realizar-se o **10º Encontro da Inter-Reformados do distrito de Lisboa**, onde se irá analisar a situação social dos reformados do distrito, discutir e aprovar a Ação reivindicativa para o triénio 2024/2027.

O programa do atual Governo não deixa margem para dúvidas explanando uma ofensiva contra quem trabalhou e trabalha, tornando imperativo o reforço e a dinamização da Inter-Reformados à qual pertence o STML.

A Comissão de Reformados do STML chama todos os reformados sócios do Sindicato a dar o seu contributo no plano reivindicativo para os próximos três anos, para assim ajudar a melhorar o trabalho da próxima Direção da Inter-Reformados do distrito de Lisboa a eleger no 10º Encontro. Por telefone, correio eletrónico, SMS, presencialmente, qualquer reformado do STML pode e deve apresentar a sua opinião crítica sobre o trabalho da sua Comissão de Reformados.

Petição entregue na Assembleia da República...

Numa ação conjunta entre o MURPI e a Inter-Reformados, fez-se no passado mês de junho uma deslocação à Assembleia da República onde foi entregue a Petição **“Por uma Rede Pública de Lares”** que continha cerca de dez mil assinaturas. A recolha

de assinaturas continua a fazer-se até à audição com os Grupos Parlamentares e posterior discussão em Plenário.

Situação Internacional

Ninguém pode ficar indiferente às imagens que nos chegam da Palestina, onde o Exército Israelita está a cometer um genocídio sobre um povo indefeso. O Governo fascista de Israel mata crianças, mulheres e homens, sem dó nem piedade, perante a apatia e o consentimento do chamado “mundo ocidental” onde se inclui Portugal e cujo Governo insiste em não reconhecer o Estado da Palestina, quando 138 países já o fizeram.

É asquerosa a parcialidade, o cinismo e a hipocrisia dos partidos que integram o Governo (PSD/CDS), com o CH, PS e a IL, e até o PAN e o Livre, têm em relação a um massacre na Palestina e uma guerra na Ucrânia.

O STML, desde a primeira hora teve uma posição em defesa do cessar-fogo e de se encontrar caminhos para a PAZ! E assim continuaremos. Temos participado e continuaremos a participar nas ações convocadas pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) e pela CGTP-IN para exigir:

Paz Sim! Guerra Não!



Depois da entrega do abaixo-assinado ao Presidente do Conselho de Administração (22.mai), onde se exigiram aumentos salariais de acordo com a realidade socioeconómica do país, e da cidade de Lisboa em particular, ficou consensualizado uma reunião para o mês de julho para debater, além desta questão estrutural, outros assuntos de importância para os trabalhadores da empresa, mais ou menos transversais ou específicos a determinados locais de trabalho. Neste sentido, em fins de maio, o STML enviou formalmente ao CA uma 'ordem de trabalhos', i.e., tópicos sobre os quais considerou essencial discutir, procurando as necessárias respostas e soluções. Estes temas centraram-se nas condições de trabalho e reforço de pessoal no Castelo de São Jorge; no reforço de pessoal em vários equipamentos; nas condições de trabalho no Serviço de Conservação e Restauro de Azulejos; nos constrangimentos associados ao sistema de bilhética (*Blueticket*); sobre Reclassificações e Comissões de Serviço; sobre a Medicina do Trabalho e, por fim, sobre a revisão do Código de Ética e Conduta.

Durante o mês de junho, o Sindicato visitou quase todos os locais de trabalho da EGEAC, informando, esclarecendo e, acima de tudo, auscultando os trabalhadores sobre os cenários possíveis em relação às suas reivindicações, e qual o papel que estarão disponíveis a assumir na resolução dos seus problemas e expectativas.

Por outro lado, procurando normalizar a prática de reuniões regulares com a Direção de Gestão de Pessoas (DGP), o STML reuniu a 1 de julho com a sua responsável, propondo avaliar soluções a vários processos. Em síntese, foram debatidos temas como a reclassificação remuneratória dos técnicos de museologia e património e dos trabalhadores técnicos de espetáculos e eventos; sobre a Medicina do Trabalho; a valorização dos trabalhadores doutorados; as regras para o novo Fundo Fixo; as Comissões de Serviço, além de alguns problemas que envolvem especificamente trabalhadores da Casa Fernando Pessoa e do Castelo de São Jorge.

Por último, no momento do fecho desta edição, prevê-se para **17 de julho** a reunião comprometida com a Administração. O Sindicato informará os trabalhadores das suas conclusões em tempo oportuno.

Nos últimos meses, os trabalhadores entregaram ao Conselho de Administração (CA) dois abaixo-assinados. Neste momento, aguarda-se por uma resposta, de preferência positiva, às justas reivindicações dos profissionais que garantem o funcionamento da empresa responsável pela gestão dos bairros municipais de Lisboa.

O primeiro abaixo-assinado, "*Pelo respeito do AE, pelo direito à negociação e por aumentos salariais reais*", exige, como o próprio título indica, um verdadeiro processo negocial com os representantes sindicais dos trabalhadores, conforme consagrado no Acordo de Empresa (AE). O documento, entregue em fins de maio, ainda não mereceu nenhuma resposta formal por parte dos responsáveis máximos da GEBALIS.

Os trabalhadores também não se esquecem que, em relação a 2021, e apesar do compromisso assumido por escrito, à data, pela Administração em funções, continua por honrar um aumento de 10 euros para todos os salários. Os trabalhadores não se esquecem, mas honram os seus compromissos para com os residentes dos bairros municipais todos os dias, quando, com o seu trabalho, conseguem atingir, e muitas vezes ultrapassar, os objetivos que os administradores da empresa assumem perante o "patrão" – a CML.

Por isso, quem trabalha na GEBALIS assume o seu protesto por não ver o salário subir em conformidade com a realidade marcada pelo aumento exorbitante do custo de vida. Os trabalhadores exigem ao CA respostas aceitáveis aos seus problemas e que seja estabelecida uma verdadeira negociação com os sindicatos, como obriga o AE em vigor desde 2017.

O segundo abaixo-assinado, entregue ao CA em julho, diz respeito aos eletricitas (assistentes operacionais) e fiscais de zona (assistentes técnicos) da GEBALIS que exigem a atribuição do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco. Diariamente, estes trabalhadores são sujeitos a condições de trabalho indistintamente penosas, insalubres e de risco, que exigem uma sobrecarga física e psíquica, e cujas condições ambientais e meios utilizados no exercício da sua atividade são nocivos à saúde. Será bom lembrar que o mesmo suplemento, a partir de janeiro deste ano, passou a ser pago aos eletricitas da CML.

O CA da GEBALIS comprometeu-se, entretanto, em avaliar a proposta feita pelo STML para que a empresa suporte os custos do passe navegante metropolitano, no caso dos trabalhadores que se deslocam através de transportes públicos.



Os trabalhadores desta empresa municipal iniciaram, em 2019, com o STML, o processo de construção da primeira proposta de Acordo de Empresa (AE). A mesma foi concluída em dezembro de 2020, tendo sido logo entregue à Administração da empresa de Lisboa que se encontrava em funções na altura. Apenas em maio de 2023, se realizou a primeira reunião com a Administração.

Já em junho deste ano, avançou-se um pouco mais no processo, com a realização de uma nova reunião com o Conselho de Administração (CA). Contudo, mais uma vez, os administradores manifestaram dúvidas sobre a implementação do AE, nomeadamente se seria a melhor ferramenta para salvaguardar os interesses dos trabalhadores.

Com o decorrer da reunião, no entanto, o STML conseguiu demonstrar que as regras estabelecidas, por exemplo, nos AE da GEBALIS e EGAC são diretamente responsáveis pela melhoria das condições de vida dos seus trabalhadores.

A contratação coletiva teve um grande impacto naquelas empresas, pois significou, sem qualquer sombra de dúvida, um passo na evolução das relações laborais, na medida em que ela teve a capacidade de definir regras que são mais favoráveis para os trabalhadores do que aquelas que são legalmente impostas.

Ultrapassada a resistência inicial da Administração, o STML reenviou depois da reunião, a proposta de AE ao CA que, por sua vez, a fez chegar a todos os trabalhadores com a solicitação de se manifestarem nos próximos dois meses, concretamente com propostas de alteração ou simplesmente expressando a sua concordância.

O STML aceitou esta metodologia porque o AE visa, acima de tudo, melhorar as condições de vida e de trabalho dos profissionais da SRU, criando um enquadramento normativo interno que salvaguarde os seus direitos e as suas expectativas, não só no presente, mas principalmente para o futuro.

Com o propósito de deixar bem clara a vontade em alcançar a celebração de um Acordo de Empresa e em reação ao “e-mail” recebido do CA, os trabalhadores, em plenário convocado pelo Sindicato, decidiram responder individualmente pela referida via eletrónica, apelando à Administração para que faça todos os esforços possíveis no sentido de levar a bom porto o processo negocial encetado com o STML.

Na última reunião com os responsáveis da SRU, abordou-se igualmente a possibilidade de a empresa suportar os custos com o seguro de responsabilidade civil dos gestores de contratos. O CA garantiu estar a trabalhar na medida, mas de uma forma mais alargada. Ou seja, está a ponderar abranger todos os trabalhadores.

Por outro lado, e tendo como referência o que acontece na CML, o STML lançou o desafio para que a empresa passe a suportar os custos das inscrições nas ordens profissionais. Designadamente em relação aos trabalhadores que, para o exercício de atos próprios da sua profissão, têm de estar obrigatoriamente inscritos nas respetivas ordens. O CA comprometeu-se a avaliar esta matéria. Outra ponderação prometida passa pela possibilidade de ser a empresa a pagar o passe de quem se desloque para o trabalho utilizando os transportes públicos (passe metropolitano). Para setembro, prevê-se nova ronda negocial entre o Sindicato e o CA.

Um grupo de trabalhadores do MARL, acompanhado por dirigentes do STML, entregou ao Conselho de Administração (CA) um abaixo-assinado no passado mês de abril. O documento exige a reposição das 35 horas de trabalho semanal e dos 25 dias de férias, bem como a criação de um subsídio de transporte.

Apesar de o presidente do CA ter mostrado, na altura, ser sensível às reivindicações dos trabalhadores, comprometendo-se a encontrar soluções, a verdade é que, três meses depois da iniciativa, ainda não houve qualquer resposta às reivindicações em questão. O STML lembra que, independentemente do novo quadro político e do recente Governo, resultantes das últimas eleições legislativas, estão em causa matérias que unem todos os trabalhadores do MARL e da SIMAB (Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores).

Por outro lado, sobre as reclamações e os pedidos feitos pelo Sindicato ao CA no âmbito das condições de trabalho, na sequência de relatos dos trabalhadores operacionais do MARL, prevê-se para **19 de julho** uma reunião com os responsáveis da empresa para debater e se possível solucionar os problemas em causa. O STML, recorde-se, alertou a Administração sobre os constrangimentos provocados pelo novo horário de funcionamento dos pavilhões, que alterou, por sua vez, o horário de trabalho, sem que as chefias diretas apresentassem soluções. Tais constrangimentos resolvem-se com a inclusão de meia hora, pelo menos, no horário de trabalho, por forma a permitir a realização das tarefas de abertura e encerramento dos pavilhões.

Lembrámos, ainda, aos administradores que o horário de trabalho completo (com todas as entradas, pausas e saídas) deve estar afixado em local visível e que os profissionais devem ser tratados equitativamente. O que significa, neste caso, adotar procedimentos de registo de assiduidade idênticos para todos os trabalhadores.

Tudo isto acaba por estar ligado a uma antiga reivindicação, quer do Sindicato quer dos trabalhadores, para a área dos operacionais do MARL: a necessidade de contratar mais pessoas para o quadro. Se a unidade orgânica de que falamos tivesse o número suficiente de trabalhadores para cumprir a sua missão, sem implicar um esforço adicional dos atuais meios humanos, algumas das situações anteriormente apontadas poderiam ser facilmente resolvidas.



SÃO DOMINGOS DE BENFICA



CARNIDE



ARROIOS

PENHA DE FRANÇA

Em junho, o STML reuniu com os trabalhadores da higiene urbana. Perante um processo reivindicativo que dura há largos meses, em torno do respeito pelo ACEP, em particular pela atribuição da folga (descanso compensatório) pelo trabalho em dia-feriado, além do enquadramento do SIP em 12 meses, ou seja, pagando em período de férias, ficou bem evidente a determinação dos cantoneiros em não baixar os braços na luta, não só por estes direitos, mas também pela sua dignidade, face à postura do Executivo (PS/LIVRE) que incompreensivelmente se recusa a resolver estes problemas, gerando um mal-estar que prejudica, além dos trabalhadores, também a população no seu direito a um serviço público de qualidade. Depois da concentração à porta da Junta, de uma manifestação pelas ruas da freguesia, da greve de fevereiro (a primeira na História da cidade envolvendo cantoneiros de uma freguesia), da denúncia pública (colagem de cartazes), das presenças em assembleias de freguesia com intervenção do STML, a luta expressou-se a 25 de junho, com uma presença muito positiva dos cantoneiros na manifestação promovida pelo STML (em conjunto com o STAL) pela atualização do SIP e o reconhecimento das profissões de desgaste rápido. Será este o caminho que continuará a ser trilhado, com a confiança e organização! Não iremos parar até obtermos as respostas que justamente exigimos. Que sirva de exemplo para toda a cidade de Lisboa, a força e a postura dos cantoneiros da Penha de França!

SÃO DOMINGOS DE BENFICA

A 26 de junho, o Sindicato celebrou com esta Junta um novo ACEP que garante importantes direitos aos trabalhadores, entre os quais a **majoração de mais 3 dias de férias com avaliação positiva, via SIADAP; o descanso compensatório (folga) pelo trabalho em dia-feriado; e o enquadramento dos suplementos de caráter permanente – suplemento noturno e SIP – sobre 12 meses, ou seja, incluindo o seu pagamento durante o período de férias dos trabalhadores.** Alcançados estes direitos, o STML relembra a importância da luta dos trabalhadores, especialmente da limpeza urbana, que nunca baixaram os braços na defesa das suas expectativas. A iniciativa promovida pelo Sindicato em outubro do ano passado, que passou pela entrega de um abaixo-assinado na Sede da Junta, foi determinante para o desfecho agora conhecido, já que abriu naquele momento a tão necessária 'janela negociada' com o Presidente da freguesia.

O abaixo-assinado exigia respostas a quatro (4) assuntos, nomeadamente a atribuição dos dias de férias em termos anuais a que os trabalhadores tinham direito pelo ACEP celebrado pelo STML em 2015, **assunto positivamente resolvido no início deste ano.** Por outro lado, também se reivindicava a revisão do atual ACEP avançando na negociação e celebração de um novo Acordo com o STML que, como agora damos nota, **foi positiva e finalmente concluído.** Um terceiro tópico, exigia o pagamento dos suplementos de caráter permanente – **noturno e SIP** – durante 12 meses, **também alcançado e agora integrado no ACEP** agora

celebrado. Um último tópico, **só em parte satisfeito até agora**, é o que se prende com a regularização contratual dos trabalhadores com contrato de prestação de serviços (a recibos-verdes). Razões que exigem a abertura de um novo concurso público, ainda durante este ano. Em termos gerais, a luta assente na determinação e confiança mútuas – trabalhadores e STML – resolveu boa parte dos assuntos que todos pretendíamos. É por este caminho que iremos continuar, com a participação e a força de todos!

BENFICA

Em junho, o Sindicato reuniu com os trabalhadores da higiene urbana, avaliando os problemas atuais, os resultados da luta deste ano, essencial para garantir o enquadramento dos suplementos de caráter permanente sobre 12 meses (SIP e Noturno), além de outras matérias. Regista-se, uma vez mais, a chaga da precariedade nesta freguesia, com quase 2/3 dos trabalhadores deste setor de atividade com um vínculo precário, seja a recibos-verdes, seja no âmbito do Protocolo d'O *Companheiro*. A realidade noutros setores de atividade – jardins e espaço público, educação, cultura, entre outros -, também evidencia níveis elevados de vínculos precários, fazendo de Benfica, a freguesia com os índices mais elevados de precariedade laboral na cidade de Lisboa. Se este é um problema muito sério, que justificará em tempo oportuno ações próprias do STML na sua denúncia e combate, somam-se outros problemas como as eternas tentativas de normalizar a desregulação dos horários de trabalho, banalizar a polivalência e a flexibilidade laborais. Nesta freguesia, preside um elemento dito de um partido de esquerda, o PS, que na prática mais se assemelha a um partido de direita ou pior ainda. O Sindicato, sempre com os trabalhadores, saberá dar a resposta necessária às referidas tentativas que, no essencial, procuram diminuir ou mesmo eliminar direitos há muito conquistados.

CARNIDE

A 21 de maio, o Sindicato celebrou um **novo ACEP** com o Presidente Fábio Sousa. Para além de todos os direitos há muitos garantidos junto dos trabalhadores desta freguesia, como os 3 dias de férias via avaliação de desempenho, o descanso compensatório (folga) pelo trabalho em dia-feriado, entre outros, consolida-se agora o enquadramento dos suplementos de caráter permanente sobre 12 meses, nomeadamente do SIP. Com confiança avançamos e os trabalhadores continuam a contar com o STML na defesa intransigente dos seus direitos e expectativas.

CAMPOLIDE

O STML reuniu a 11 de Junho com o Executivo, representado pelo seu Presidente. Esta reunião procurou continuar o processo negocial visando a resolução de um conjunto de matérias, entre elas a normalização do descanso compensatório (folga) pelo trabalho em dia feriado, mas também o pagamento sobre 12 meses do SIP. Apesar de já ter sido enviada pelo STML a documentação que suporta esta pretensão, o Executivo continua com dúvidas jurídicas. Sobre esta matéria, ficou acordado entre o Executivo e o STML enviar um pedido de esclarecimento conjunto, à CCDR e ao Ministério das Finanças. Findo o tempo de resposta por parte destes organismos, o Executivo assumirá uma decisão final. Independentemente deste processo, o Sindicato mantém o otimismo na sua a resolução, que deverá ser materializado através da assinatura de um novo ACEP. Por outro lado, o Executivo comprometeu-se a assinar uma adenda ao ACEP em vigor, alterando por esta via a redação da cláusula que atribui a folga pelo trabalho no dia-feriado. O STML enviou depois a proposta de adenda para que a mesma seja assinada o mais rapidamente possível. Ficou assumido a atribuição das folgas devidas, por trabalho em dia feriado, com retroatividade à data de assinatura do ACEP, isto é, a junho de 2022. Para além do processo negocial referido, foram debatidos outros assuntos, nomeadamente sobre fardamentos e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), medicina do trabalho, avaliação de desempenho, e instalações e condições de trabalho.

LUMIAR

Na reunião realizada em abril entre o STML e o Executivo, ficou assumido entre ambas as partes a realização de duas reuniões de negociação para um novo ACEP. Inicialmente calendarizadas para maio e junho, visando a celebração de um novo ACEP a 24 de junho, no entanto, tal não aconteceu por várias vicissitudes. Realizou-se a 1ª destas reuniões, em maio, com um balanço positivo, prevendo-se agora concretizar a segunda a 18 de julho, na expectativa de chegar a bom porto sobre as matérias que ainda ficaram pendentes. Esperamos em breve fechar com êxito as negociações, de forma a assinar um novo ACEP.

MISERICÓRDIA

No final de abril deste ano, os trabalhadores da Limpeza Urbana concentraram-se à porta da Sede da Junta para entregar um abaixo-assinado ao Executivo (PS), exigindo a celebração de um novo ACEP, visando o pagamento dos suplementos de caráter permanente, durante 12 meses (noturno e o SIP); mas também a conclusão do concurso público para admissão de trabalhadores, regularizando os vínculos precários; a distribuição de novos fardamentos, em número e qualidade suficientes; e concluir as melhorias necessárias no PL Eduardo Coelho. Na sequência desta iniciativa, a 10 de maio, o STML formalizou um pedido de reunião ao Executivo no sentido de obter respostas a estas reivindicações. Como até ao momento tal não aconteceu, a 15 de julho o STML debateu com os trabalhadores novos caminhos de luta que lhes permita defender os seus direitos e obter respostas às suas expectativas.

Por último, regista-se a deslocalização dos trabalhadores do período noturno para as novas instalações na Rua do Instituto Industrial que, segundo os próprios, não reúne as melhores condições em termos de saúde e segurança no trabalho. Em tempo oportuno, o Sindicato transmitirá ao Executivo o que urge corrigir.

ARROIOS

Considerando os atrasos sistemáticos por parte do Executivo às reivindicações dos trabalhadores, a 24 de maio, através de uma concentração à porta da Sede da Junta, entregou-se um abaixo-assinado exigindo respostas a um conjunto de compromissos ainda por cumprir, relembramos, assumidos em 2023 pela Presidente da Junta com o STML e com os trabalhadores. Contudo, face ao transmitido em fins de maio pelo Executivo, os trabalhadores cansaram-se de promessas e nos plenários realizados em junho pelo STML, decidiram avançar com um dia de greve para 29 de Julho. Na origem desta greve, a atribuição dos 3 dias férias relativos a 2022, as intervenções urgentes no PL do Largo do Mastro; e o enquadramento dos suplementos de caráter permanente – noturno e SIP – sobre 12 meses, incluindo estas matérias em sede de um novo ACEP a celebrar com o STML. Por outro lado, face à crescente complexidade e exigência na limpeza da freguesia, reivindicam a contratação de mais trabalhadores, além da dotação da higiene urbana de mais e melhores meios mecânicos. No momento em que escrevemos este artigo, prevê-se reunião com o Executivo a 17 de julho. Avaliaremos depois com os trabalhadores, a manutenção da greve ou a sua suspensão, apenas no caso de a Presidente garantir respostas sérias e positivas às suas reivindicações.

BELÉM

Em junho o STML esteve com os trabalhadores da limpeza urbana desta freguesia propositando avaliar as consequências da luta realizada no mês anterior, da qual resultou uma reunião com o Presidente do Executivo, além de refletir sobre os passos seguintes visando os objetivos expressos no abaixo-assinado entregue ao responsável máximo da freguesia, nomeadamente a assunção dos suplementos de caráter permanente - suplemento noturno e SIP – durante 12 meses, enquadrando esta decisão em ACEP a negociar e celebrar com o STML; a regularização dos trabalhadores com contrato de prestação de serviços; a aquisição de mobiliário para a zona do refeitório; e corrigir os vários problemas existentes na zona dos balneários. Destes vários tópicos, o suplemento noturno já está a ser pago em 12 meses (faltando agora enquadrá-lo em sede de ACEP), também a integração dos trabalhadores a recibos-verdes está bem encaminhada. Sobre todos os outros pontos, não há até agora qualquer resposta, pelo que ficou delineado um novo plenário (alargado em termos temporais) para inícios de agosto. A luta irá assim continuar, com determinação, confiança e unidade.

ALCÂNTARA

A 21 de maio, foi finalmente assinado um novo ACEP, consolidando para o futuro o pagamento do SIP sobre 12 meses, isto é, incluindo o período de férias. Com este ACEP melhorado, são já cinco as juntas de freguesia da cidade [Alvalade, Marvila, Campo Ourique, Olivais e agora Carnide] que em 2024 celebraram com o STML novos acordos com mais e melhores direitos para os respetivos trabalhadores.



CGTP-IN promoveu a Semana de Esclarecimento, Acção e Luta, entre 20 e 27 de Junho

O Conselho Nacional da CGTP-IN, na reunião realizada a 16 de maio, convocou para o período de 20 a 27 de junho uma “semana de esclarecimento, ação e luta”, sob o lema: **“Aumentar salários - Garantir direitos - Combater a exploração e as desigualdades”**, tentando fazer convergir nestes dias o maior número de plenários, tribunas, concentração e greves, em todos os sectores e em todo o País.

A difícil situação dos trabalhadores e dos reformados continua a exigir uma política alternativa, assente nos valores de Abril, que responda e garanta o aumento geral e significativo dos salários e a subida das pensões, o trabalho com direitos e o fim da precariedade, a redução do horário de trabalho e a sua regulação, o direito de contratação coletiva, mais e melhores serviços públicos, ao contrário da política preconizada no programa do Governo AD (PSD/CDS) e já evidente nos seus primeiros meses de vida.

Só no distrito de Lisboa, durante esta semana, foram mais de seis dezenas as ações de luta que se realizaram, números estes

que incluem a manifestação dos trabalhadores da administração local realizada pelo STML e STAL, a 25 de junho, e a concentração dos trabalhadores do Arquivo Municipal na Praça do Município, a 26 do mesmo mês.

Esta semana de luta, teve o seu encerramento a 27 de junho no distrito de Lisboa com uma manifestação convocada pela União de Sindicatos de Lisboa (USL/CGTP-IN), com início do Campo Pequeno até ao Ministério do Trabalho, contando com a participação de milhares de trabalhadores, entre eles muitos Dirigentes e Delegados Sindicais do STML. Também o Secretário-geral da CGTP-IN, Tiago Oliveira, não faltou neste dia.

É tempo de continuar a lutar! Esclarecer, mobilizar, dar continuidade e intensificar a ação reivindicativa por melhores salários e direitos; pelo combate à exploração; pela justa distribuição da riqueza por quem a produz; pelos valores de ABRIL! Porque é possível e urgente uma vida melhor!



Frente Comum promove concentração junto à Residência Oficial do 1º Ministro

A 2 de julho, dirigentes, delegados e ativistas sindicais dos Sindicatos da Frente Comum (FCSAP), concentraram-se em plenário à porta da residência oficial do 1º Ministro. O objetivo desta ação de protesto passou por relembrar as reivindicações dos trabalhadores em funções públicas, até agora sem resposta. Desde logo destacamos a urgência pelo aumento imediato de todos os salários e a calendarização, desde já, de processos de negociação conducentes à valorização das carreiras.

Relembramos que a **Proposta Reivindicativa Comum** (PRC/24), que sintetiza todas as reivindicações dos trabalhadores da administração pública, independentemente do setor de atividade, já foi dada a conhecer ao atual Governo que parece mais interessado, nesta fase, em tudo menos em solucionar os problemas que grassam nos serviços públicos de norte a sul do país, com ênfase natural para quem os corporiza e garante de facto o seu funcionamento, isto é, os trabalhadores. Sem a sua valorização, como não nos cansamos de afirmar, não é possível falar em serviços públicos de qualidade e eficazes.

Na intervenção realizada neste dia, o coordenador da Frente Comum – Sebastião Santana - alertou para a anunciada “reforma” da Administração Pública anunciada pelo Governo, que considerou, antes, “uma tentativa de destruição da Administração Pública tal como nós a conhecemos, escancarando as portas aos privados em áreas essenciais como a Saúde, a Educação e a Segurança Social”. Perante esta ofensiva do governo de direita da AD, Sebastião Santana apela à intensificação da luta de todos os

trabalhadores, por forma a garantir “a justa valorização das carreiras e profissões, e o reforço dos Serviços Públicos, investindo os recursos que existem, como os 19 mil milhões de euros do Orçamento do Estado, na rubrica de ‘Aquisição de Serviços’, que o governo quer entregar aos privados, de mão beijada”.

Neste plenário foi aprovada uma **Resolução**, entregue depois ao Chefe de Gabinete do 1º Ministro, onde se refere que duas décadas de perda de poder de compra, de degradação das Carreiras Profissionais, de desinvestimento nos Serviços Públicos e Funções Sociais do Estado, constituíram um caminho de desvalorização do trabalho e da capacidade de respostas públicas e universais às necessidades das populações que importa desde já reverter, reafirmando que perante o cenário de desvalorização de quem trabalha, em particular dos trabalhadores, existem soluções efetivas contidas na PRC/2024, que importa que sejam negociadas e implementadas, desde logo o aumento intercalar dos salários, ainda este ano.

Os dirigentes, delegados e ativistas sindicais presentes decidiram ainda encetar todas as formas de luta que entendam necessárias e adequadas à prossecução dos seus objectivos, o que passará também pela recolha de assinaturas do **postal reivindicativo** lançado pela Frente Comum, integrada na campanha “**Plano de Emergência dos Trabalhadores da Administração Pública**”. Este postal será entregue ao Governo durante o mês de setembro, em moldes e em data, a divulgar oportunamente.

A luta continua!



Urge reconhecer o Estado da Palestina pelo Governo Português!

Num país, o nosso, onde supostamente se preconiza e apoia uma solução de dois estados, no cumprimento das resoluções da ONU, o atual Governo de Portugal não reconhece um desses dois estados: reconhece apenas o estado ocupante, ao arrepio das referidas resoluções da ONU.

O povo palestino aguarda há décadas pela concretização do seu legítimo e inalienável direito a um Estado soberano, independente e viável. Desde 1947, com a Resolução 181, a Assembleia Geral da ONU estabeleceu o princípio da existência de dois Estados – o da Palestina e o de Israel –, princípio reafirmado por órgãos da Organização da ONU ao longo das mais de sete décadas que desde então decorreram, e que Israel se recusa a cumprir.

A questão palestina foi objeto de decisões do Tribunal Internacional de Justiça, de que é exemplo o pronunciamento em 2004 sobre o muro ilegal construído por Israel, decisões que Israel se recusa a cumprir. Apesar de ser clara a determinação da criação do Estado da Palestina à luz dos princípios da Carta das Nações Unidas e das múltiplas resoluções adotadas no seu âmbito, há mais de 70 anos que esta determinação continua por cumprir.

Não se pode ignorar as inúmeras ações militares e os seus muitos milhares de vítimas, a sistemática e metódica construção de colonatos – que mais do que duplicaram desde os acordos de Oslo, igualmente não cumpridos por Israel –; a ocupação efetiva de território palestino, a limitação do acesso a recursos naturais e a atividades económicas, a destruição de infraestruturas e equipamentos, a restrição da mobilidade da população palestina, o bloqueio à Faixa de Gaza, a construção do muro ilegal – entre tantas outras ações sistemáticas. Tudo para Israel inviabilizar e impedir de facto a existência de um Estado da Palestina soberano, independente, viável, e que são responsáveis pelas dramáticas condições de sobrevivência a que ao longo de anos foram e continuam a ser submetidas as populações da Palestina. Uma solução justa para o conflito passa pelo reconhecimento e criação do Estado da Palestina e pela efetivação do direito ao retorno dos refugiados palestinos, conforme determinado pelas resoluções da ONU, assim como pelo desmantelamento dos colonatos, o fim dos bloqueios – nomeadamente à Faixa de Gaza – e a libertação dos detidos. Dos presos políticos, das crianças

palestinas presas nos cárceres de Israel. Já 138 países reconheceram o Estado da Palestina (mais de 70% dos Estados-membros da ONU). Destes 138 países, dez são países que integram a União Europeia.

No imediato, urge pôr termo ao genocídio em curso nos territórios da Palestina, com a chacina diária de milhares de palestinos pela força destruidora e assassina do exército israelita. Se não é pela destruição militar, é pela fome. As vítimas deste crime hediondo são na sua maioria mulheres e crianças, mas também jornalistas e funcionários da ONU, porque ninguém escapa ao morticínio decretado, deliberado e conscientemente, pelo Governo nazi-fascista de Israel. **A luta pela paz assume hoje uma importância decisiva! Não só no Médio Oriente, mas em todos os cantos do planeta onde a guerra se ergue, ceifando vidas atrás de vidas.**

9 de Julho – Tribuna Pública com o Lema “Não à guerra! Paz Sim! NATO Não!”

A tribuna pública realizou-se no Largo José Saramago, em Lisboa, junto à fundação que tem o nome do escritor, ele próprio um lutador pela paz. A sessão, com citações intercaladas de José Saramago sobre a paz, o desarmamento e os direitos dos povos, contou com intervenções de representantes do CPPC, da CGTP-IN, do MPPM, do MDM, da FENPROF e do Projeto Ruído - Associação Juvenil. O desarmamento geral, simultâneo e controlado, o respeito pela soberania dos povos, a dissolução dos blocos político-militares foram exigências reafirmadas, presentes também na Constituição da República Portuguesa. No fundo, tratou-se de apontar um rumo alternativo ao que foi agravado na cimeira da NATO (em Washington, de 9 a 11 de Julho), marcado pela intensificação da guerra, da corrida aos armamentos, do aumento das despesas militares. Quando assinala os seus 75 anos, a NATO assume-se cada vez mais como um bloco político-militar agressivo, ao serviço das pretensões hegemónicas dos EUA. **A guerra não interessa aos povos, insistiu-se em Lisboa, de onde emanou a determinação em prosseguir a ação pela paz, o desarmamento e a solidariedade.**